



ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2022 E AS QUESTÕES DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Posted on 15/01/2022 by Pedro Graça and Maria João Gregório

Category: [Artigo](#)

A 27 de outubro de 2021, a proposta de Orçamento de Estado para 2022 foi chumbada na Assembleia da República. A proposta teve o voto a favor do Partido Socialista (PS), a abstenção do Pessoas-Animais-Natureza (PAN) e das duas deputadas não inscritas, e o voto contra de todos os restantes partidos com representação parlamentar à esquerda, do Partido Comunista Português (PCP), Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), Bloco de Esquerda (BE), e à direita, do Partido Social Democrata (PSD), CDS – Partido Popular (CDS-PP), Iniciativa Liberal (IL), e Chega (CH). Na sequência ao chumbo do orçamento, o Presidente da República, dissolveu a AR e marcou eleições para o dia 30 de janeiro de 2022.

Os partidos ou coligações que obtiveram deputados na Assembleia da República nas eleições legislativas de 2019, concorrem agora de novo e apresentam os seus objetivos, as suas prioridades e os caminhos para alcançar estes objetivos através dos seus programas eleitorais. Os programas eleitorais inscrevem as linhas de ação e as propostas para a governação durante o próximo período de quatro anos e por isso, torna-se importante, comparar os programas eleitorais dos vários partidos políticos. Em particular na área da saúde e nutrição que nos interessa em concreto.

Como tem sido tradição, este exercício já foi realizado por nós em 2019, aqui no [Pensar Nutrição](#), e agora repetimos esta análise para as eleições legislativas de 2022. Os métodos utilizados para comparar programas e políticas cresceram em sofisticação nas [últimas décadas](#). Tanto podem comparar os processos políticos e a sua evolução no tempo, as estruturas utilizadas para a sua implementação (por exemplo, dentro ou fora do governo) as propostas e objetivos ou os resultados, por ex. De um modo geral, a análise comparativa utiliza métodos qualitativos.

Neste texto, apenas descrevemos as propostas atuais das diferentes forças políticas de forma simplificada e fazemos uma análise da sua evolução ao longo do tempo na área da alimentação e

nutrição. Salientamos que a seleção da informação considerada mais relevante de cada programa político e sua agregação em diferentes áreas de intervenção ou de cultura política reflete a perceção dos autores.

Algumas conclusões iniciais podemos desde já tirar.

À semelhança de 2019 não se encontra uma divisão ideológica vincada e visível nas propostas na área das políticas de nutrição e alimentação. Ou seja, se genericamente podemos tentar dividir as opções políticas entre um Estado mais protetor e garantístico, na saúde, na educação e na economia por oposição a um Estado menos presente que cumpre essencialmente um papel regulador e que abre muito mais espaço ao setor privado nas diferentes políticas económicas, esta divisão começa a tornar-se visível na área das políticas de saúde, embora ainda timidamente nos partidos do centro (recorde-se que atualmente a maioria dos cidadãos, [97 %, defende que a principal prioridade deve ser o investimento no Serviço Nacional de Saúde](#)) mas certamente menos nas políticas relacionadas com a alimentação e nutrição. De um modo geral não são definidas prioridades nos programas eleitorais a este respeito e a discussão sobre a sustentabilidade do SNS e dos seus recursos humanos centra-se ainda bastante na atração, retenção e desenvolvimento profissional do pessoal médico e de enfermagem (em particular dos especialistas de medicina geral e familiar) e menos nas equipas multidisciplinares de saúde.

As políticas públicas na área da alimentação e nutrição percorreram em Portugal uma rápida e decisiva evolução nas [últimas décadas](#), adotando estratégias cada vez de mais largo espetro com o objetivo de intervir em diferentes setores do sistema alimentar e utilizando uma grande diversidade de ferramentas. Desde ações destinadas apenas a melhorar os conhecimentos dos cidadãos sobre as questões da alimentação e nutrição e a capacitar para as escolhas alimentares mais saudáveis até estratégias mais intervencionistas sobre o ambiente alimentar que têm como objetivo atingir todos os cidadãos em maior ou menor grau independentemente do seu grau de literacia ou interesse no tema. Contudo, esta divisão ideológica entre a maior ou menor presença do Estado no sistema alimentar é pouco visível na definição das propostas programáticas na alimentação e nutrição, agora que elas ganham maior peso nas políticas públicas, em parte pela visibilidade e impacto da alimentação inadequada na perda de anos de vida saudável dos portugueses.

Outro aspeto, influenciado provavelmente pela atual crise sanitária, é a atenção redobrada à saúde, bastante mais presente na maioria dos programas eleitorais de 2022 comparativamente a 2019. A crise pandémica, principalmente esta, mas também o acelerado envelhecimento da população nacional, o aumento dos custos com a saúde, e a perceção de que os aspetos da prevenção são determinantes para o equilíbrio do SNS fizeram com que esta área tenha ganho preponderância nos

programas eleitorais de diversos partidos em 2022. A saúde e em particular a prevenção da doença e a promoção da saúde ganham peso na maioria dos atuais programas eleitorais. A prevenção, a qualidade de vida e adoção de estilos de vida saudável são agora temas importantes nos programas dos principais partidos.

Por fim, e também muito relevante, a maior qualidade e detalhe nas propostas programáticas relacionadas com a alimentação e nutrição em 2022, em particular por partes dos dois principais partidos políticos, Partido Socialista (PS) e Partido Social Democrata (PSD) que citam inclusive a necessidade de programas públicos na área da promoção da alimentação saudável. A promoção da alimentação saudável ganha peso nos programas dos diferentes partidos em particular ao nível dos cuidados de saúde primários onde a alimentação e nutrição integram cada vez mais a carteira das intervenções sobre a comunidade e com maior autonomia. Uma área que era já mencionada com maior frequência nos programas dos partidos que podemos considerar mais à esquerda, mas que agora se alarga a um mais amplo leque de partidos. Esta maior centralidade da nutrição e da promoção da alimentação saudável, nos atuais programas dos dois principais partidos políticos contrasta com as propostas programáticas de 2019 onde as questões da alimentação estavam concentradas em partidos com menor expressão como o PAN ou então, em torno de áreas muito específicas e de oportunidade como a alimentação nas escolas.

Tendo em conta estas considerações genéricas iniciais poderemos dizer que as propostas dos partidos políticos nos seus programas eleitorais de 2022 centram-se em 3 áreas principais:

- 1) a necessidade/reforço de políticas públicas/programas nacionais para a promoção da alimentação saudável (PS, PSD, Livre);
- 2) uma aposta forte na promoção da saúde e prevenção da doença, atuando sobre os principais determinantes da saúde (PS, PSD, Livre, BE) e;
- 3) o reforço da capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários na área da nutrição (PS, BE).

2019

2022

PAN



“Garantir que todas as escolas têm o apoio de nutricionistas”

“Elaborar orientações com carácter vinculativo, sobre o modo de organização e funcionamento dos bufetes escolares, assegurando uma maior qualidade nas refeições fornecidas.”

“Determinar condições para a limitação de produtos prejudiciais à saúde nas máquinas de venda automática nas escolas, à semelhança do que existe para o Serviço Nacional de Saúde.”

“Determinar a não distribuição de leite achocolatado às crianças do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, no âmbito do programa de leite escolar, em virtude do elevado teor de açúcar.”

“Assegurar a qualidade nutricional da alimentação nas escolas, sendo que os concursos devem valorizar produtos frescos não refrigerados, produzidos em modo biológico e com equilíbrio nutricional.”

“Assegurar a formação nas cantinas em alimentação de base vegetal e nutricionalmente equilibrada.”

“Assegurar a monitorização e acompanhamento adequado das crianças aquando das refeições.”

“Garantir o cumprimento da lei, no que diz respeito ao acesso a uma alimentação vegetariana em todos os graus de ensino, impedindo critérios de exclusão, nomeadamente prazos de solicitação de uma refeição vegetariana.”

“Reforçar a capacidade dos cuidados de saúde primários, hospitalares e integrados através do apoio no SNS”

“- Promover uma política pública de redução do consumo de produtos de origem animal e o fomento de uma alimentação sustentável de origem vegetal.”

“Alimentação de qualidade em contexto escolar

- Elaborar uma Estratégia Nacional para a Alimentação Saudável assegurando a qualidade nutricional das refeições escolares em todos os graus de ensino, incluindo o ensino superior, incluindo a formação dos/das profissionais, responsáveis pela confeção das refeições;

- Implementar projetos multidisciplinares e integradores da comunidade educativa no âmbito da literacia em saúde, enquanto estratégia de combate a fatores de risco e maior proteção da saúde individual e coletiva;

- Divulgar relatórios anuais relativos à qualidade, queixas e ações de fiscalização em articulação com a ASAE;

- Garantir que todos os dias existe uma opção vegetariana, de acordo com a legislação em vigor, independentemente de pedido prévio.”

“Criar uma cultura de vida saudável

- Contratar profissionais da nutrição para todos os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES);

- Efetuar o estudo da qualidade nutricional e do risco de obesidade em todas as escolas do país e implementar um programa nutricional e de atividade física, promovida pelos ACES em articulação com as escolas e sociedade civil;

- Criar um código de qualidade nutricional associado a cada produto alimentar, com o objetivo de informar sobre o impacto ambiental e na saúde humana, promovendo, assim, maior literacia, consciência e decisão responsável.

- Investir numa medicina de proximidade, dotando as unidades de cuidados de saúde primários de todos os meios de diagnóstico básicos, serviços de saúde psicológica, nutrição, saúde oral e visual, bem como condições para o tratamento de determinadas patologias, sem necessidade de recurso aos serviços de urgência;

- Incentivar a fixação de profissionais de saúde nas áreas geograficamente mais carenciadas, nomeadamente de médicos, profissionais de saúde oral, visual, psicologia e nutrição, bem como técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica (TSDT);”

“Rever os produtos abrangidos pelo imposto especial sobre o consumo (IEC) respeitantes aos teores de açúcar, gorduras saturadas e sal dos alimentos;”

O programa do PAN apresenta também um conjunto alargado de medidas para a promoção de uma alimentação sustentável, porém essas medidas não foram incluídas nesta análise.

2019

2022

PS



“Apostar na saúde desde os primeiros anos de vida

A prevenção nos primeiros anos de vida das futuras gerações é uma prioridade, uma vez que crianças e adolescentes saudáveis tendem a tornar-se adultos saudáveis, mais autónomos e independentes, até ao envelhecimento. Para tal, o PS irá:

Responsabilizar os agrupamentos de centros de saúde pela articulação com as escolas na promoção da alimentação saudável e da atividade física, na prevenção do consumo de substâncias e de comportamentos de risco, na educação para a saúde e o bem-estar mental, capacitando as crianças e jovens para fazerem escolhas informadas e gerirem a sua saúde, com qualidade;”

“Cuidados de saúde primários com mais respostas”

“Os cuidados de saúde primários são a base do sistema de saúde português e o melhor caminho para atingir a meta da cobertura universal em saúde. Por isso, é preciso reforçar os cuidados de saúde primários e, como esse propósito, o PS irá:

Continuar a diferenciar os cuidados de saúde primários, melhorando a sua resolutividade, não apenas generalizando os cuidados de saúde oral e visual, de psicologia e de nutrição e os meios de diagnóstico, mas oferecendo outras especialidades, como a ginecologia ou pediatria;”

“A Saúde começa em casa” – Promover a saúde e prevenir a doença

A promoção de comportamentos saudáveis, em todos os contextos e em todas as fases da vida, é uma aposta essencial do programa político para a saúde do PS. Porque as políticas de Saúde não se esgotam nos cuidados de saúde, elas estão presentes em muitas outras áreas deste programa, transversalmente, da habitação ao ambiente.

Portugal tem uma tradição importante na área de saúde pública, designadamente em matéria de resposta às dependências e comportamentos aditivos, cujo reforço organizacional é essencial para responder adequadamente aos novos desafios. Assim, o PS irá:

- Prosseguir a intervenção dirigida aos principais fatores de risco, nomeadamente nas políticas dirigidas à promoção da alimentação saudável e da atividade física, ao combate à obesidade, tabagismo e excesso de álcool, entre outros;

- Melhorar o acesso a consultas de promoção da saúde e prevenção da doença, ao nível dos cuidados de saúde primários, através de intervenções multidisciplinares adequadas às características de cada cidadão e de acordo com as estratégias e orientações dos Programas Prioritários, designadamente com presença de psicólogos e nutricionistas nos cuidados de saúde primários;

“Saúde de proximidade” – Melhorar a cobertura dos cuidados de saúde primários com mais respostas

Apesar dos progressos alcançados, importa acelerar a criação de mais unidades de saúde familiar, um modelo de organização associado a maior motivação dos profissionais e satisfação dos utentes. Adicionalmente, importa continuar a expandir as respostas dos centros de saúde, prosseguindo o esforço da sua diferenciação com meios complementares de diagnóstico, respostas de saúde oral e visual, nutrição e saúde mental.

Continuaremos a reforma dos cuidados de saúde primários, através da capacitação da sua rede e integração com outros níveis de prestação de cuidados e estruturas comunitárias. Para tal, o PS irá:

- Dotar progressivamente todos os ACES da capacidade para a prestação de cuidados no âmbito da saúde mental, nutrição, saúde oral e visual;

“Promover a sustentabilidade da agricultura e do território rural

Prosseguindo os grandes objetivos do crescimento, do emprego e do equilíbrio das contas externas, o país tem de continuar a contar com o contributo de uma agricultura moderna, competitiva e inserida nos mercados, capaz de assegurar uma alimentação saudável no respeito por uma utilização sustentável dos recursos naturais.”

2019	2022
PSD	



“Uma política de saúde para prevenir a doença”

“Forte promoção dos hábitos alimentares e de vida saudáveis e da ingestão de nutrientes vitais para a saúde humana em articulação estreita com o conhecimento científico disponível;”

“Agravamento fiscal dos produtos nocivos à saúde como, por exemplo, o açúcar ou o sal refinado (cloreto de sódio);”

“Investir na prevenção das doenças crónicas, adotando políticas ativas de saúde na prevenção para combater o sedentarismo, o alcoolismo, o tabagismo e a obesidade (adultos e crianças);”

“Promover estilos de vida saudáveis acentuando a importância da alimentação, do exercício físico e de uma vida equilibrada, sem excessos;”

“Investir na literacia em saúde, com um papel fundamental das escolas no caso das crianças;”

“Prevenção da doença e promoção da saúde

Uma política de Saúde para prevenir a doença

As políticas públicas de saúde têm sido nas últimas décadas mais orientadas para remediar e combater a doença do que para a promoção da saúde e dos estilos de vida saudáveis. Não será fácil inverter essa tendência, mas se não dermos, quanto antes, os primeiros passos na promoção da saúde seremos cada vez mais reféns da doença. Precisamos de uma nova estratégia para a prevenção, dando ênfase à responsabilidade individual, à orientação para a promoção da saúde e qualidade de vida, rompendo com a abordagem tradicional, essencialmente curativa, centrada na prestação de cuidados de saúde, e privilegiando as atitudes de prevenção da doença evitável. Como principais aspetos dessa estratégia, do lado da prevenção da doença evitável e promoção da saúde, destacamos as seguintes medidas:

- **Promoção dos hábitos alimentares e de vida saudáveis** e da ingestão de nutrientes vitais para a saúde humana em articulação estreita com o conhecimento científico disponível, bem como a criação de novos programas nacionais que contemplem a promoção da alimentação saudável e da atividade física, que definam estratégias concretas de atuação nestas áreas e que permitam concretizar a Resolução da Assembleia da República no 195/2021, de 08 de Julho;

- Agravamento fiscal dos produtos nocivos à saúde, contrabalançando-se com a redução da carga fiscal sobre alimentos saudáveis;

- **Investir na prevenção das doenças crónicas**, adotando políticas ativas de saúde na prevenção para combater o sedentarismo, o alcoolismo, o tabagismo e a obesidade (adultos e crianças);

- **Promover estilos de vida saudáveis** acentuando a importância da alimentação, do exercício físico e de uma vida equilibrada, sem excessos, bem como atuar e investir no rastreio das doenças que constituem as principais causas de morte precoce, designadamente doenças do sistema circulatório, neoplasias e patologias cardiovasculares;

- **Investir na literacia em saúde**, sublinhando o papel fundamental no incremento destas temáticas nos currícula escolares;”

2019	2022
CDU	
<p>“Garantir Cuidados de Saúde Primários (CSP) acessíveis e de qualidade”</p> <p>“A realização de consultas com médicos especialistas de Pediatria e Obstetrícia e de outras consultas hospitalares de triagem nos CSP e a atribuição aos CSP de recursos nas áreas de Medicina Dentária, Oftalmologia, Psicologia, Ciências da Nutrição, Medicina Física e de Reabilitação, Imagiologia, Análises Clínicas e para o exercício de Telemedicina.”</p> <p>“Promover a saúde pública”</p> <p>“A criação em todos os concelhos de Unidades de Saúde Pública (USP) com recursos humanos e materiais. O reforço do Programa Nacional de Vacinação. O desenvolvimento de programas de avaliação e controlo de doenças emergentes e de combate das doenças infecciosas. O desenvolvimento de programas de Promoção da Saúde no âmbito da atividade física, alimentação saudável, saúde mental, dos processos de envelhecimento e de prevenção da diabetes, das doenças cardiovasculares e oncológicas.”</p>	<p>O PCP refere que o seu programa eleitoral de 2019 se encontra atual e válido e apresenta em simultâneo um “Compromisso Eleitoral – Com o PCP, soluções para Portugal”, sendo que este último não contempla nenhuma proposta relacionada com a alimentação e a nutrição a não ser “A adoção de um plano nacional de incentivo à produção e consumo locais, no quadro de um estímulo mais geral à produção nacional, pautado por critérios de sustentabilidade agroalimentar;”.</p>



2019	2022
CDS	
<p>“Reforçaremos as componentes de atividade física e educação alimentar nos currículos escolares”</p> <p>“Repensaremos as opções alimentares nas escolas – Teremos nutricionistas nos ACES, colaborando com as escolas, e criando condições para que se tornem escolas com opções alimentares saudáveis em quantidade e qualidade, incentivando uma dieta rica e equilibrada.”</p> <p>“Investir na saúde das futuras gerações através da educação</p> <p>A prevenção das doenças e promoção da saúde constituem objetivos com grande potencial de impacto na sustentabilidade futura do SNS.</p> <p>A literacia em saúde deve ser uma aposta com ganhos na prevenção e no uso adequado do sistema e cuidados de saúde. A sobrecarga nas urgências e no recurso excessivo a cuidados de saúde podem ser mitigados por via de uma maior educação em saúde.”</p>	<p>O programa do CDS para as legislativas 2022 não apresenta medidas específicas relacionadas com a promoção da alimentação saudável e a nutrição.</p>



2019	2022
BE	
<p>Prevenção da doença e promoção da saúde</p> <p>“Apostar na Saúde Pública para um SNS do século XXI. A Saúde Pública é a resposta da sociedade à necessidade da salvaguarda da saúde e bem-estar dos indivíduos e das comunidades. Enquanto corpo organizado do conhecimento, a Saúde Pública integra o saber das mais diversas áreas – desde a Medicina e a Epidemiologia, passando pelas Ciências Aplicadas, Estatística, Demografia, Sociologia, Direito, etc. A Moderna Saúde Pública entende a saúde como um recurso que deve ser corretamente “gerido”. Sendo os cuidados de saúde um dos determinantes de saúde, o planeamento em saúde (e a epidemiologia do planeamento) é uma das áreas mais relevantes da Saúde Pública XXI;”</p> <p>“Prevenção e promoção. O Plano Nacional de Saúde termina em 2020 e começa agora um novo ciclo de planeamento que deve aprender como a avaliação do que foi realizado. A promoção da saúde, a prevenção da doença e o desenvolvimento de um paradigma de saúde em todas as políticas que alterem os determinantes de saúde são condições essenciais para baixarmos a carga de doença da população e, em simultâneo, aumentar a qualidade de vida em todas as fases da sua vida. É preciso investir mais do que os atuais 1% do orçamento do SNS em prevenção da doença e promoção da saúde e é preciso criar planos com medidas concretas e com execução monitorizável mensalmente;”</p>	<p>Cuidados de saúde primários.</p> <p>Apesar dos ganhos em saúde e económicos associados às Unidades de Saúde Familiar, a generalização deste modelo ficou esquecida. Por outro lado, existem muitas pessoas sem médico de família, tendo esse número aumentado para mais de 1 milhão de pessoas. A pandemia veio também agravar as dificuldades de acesso já existentes a consultas nos centros de saúde. Investir nos cuidados primários é investir em mais saúde e menos doença, deslocando o foco do tratamento para a promoção da saúde.</p> <p>Reforço dos cuidados de saúde primários com todos os restantes profissionais essenciais para criar equipas de saúde familiar (assistentes técnicos, operacionais auxiliares e administrativos, psicólogos, nutricionistas, higienistas orais e assistentes sociais).</p> <p>Reforço das Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados com mais profissionais e serviços como psicologia, nutrição, fisioterapia, terapia ocupacional, podologia, etc.;</p> <p>Prevenção da doença. O Plano Nacional de Saúde terminou em 2020 e o novo ciclo de planeamento, altamente afetado pela pandemia, deverá refletir as aprendizagens destes anos e com a avaliação do que foi realizado.</p> <p>A promoção da saúde, a prevenção da doença e o reforço do paradigma de saúde em todas as políticas que alterem os determinantes de saúde são condições essenciais para baixarmos a carga de doença da população e, em simultâneo, aumentar a qualidade de vida em todas as suas fases.</p> <p>Reforço da verba do orçamento do SNS afeta à promoção da saúde e prevenção da doença, para além dos atuais 1%;”</p>



2019	2022
Iniciativa Liberal	
<p>Esta análise não foi realizada para o programa das legislativas de 2019.</p>	<p>“Defende-se que cada escola pública – ou agrupamento escolar – forneça pequeno-almoço, almoço e lanche diários, com elevado valor nutritivo, assim como serviços de apoio de enfermagem, medicina e psicologia. Estes serviços devem ser assegurados por pessoal habilitado a fazer o acompanhamento dos alunos e a detetar condições que exijam ou mereçam encaminhamento para serviços externos.”</p>



2019

2022

Livre



Esta análise não foi realizada para o programa das legislativas de 2019.

“Promover a saúde e prevenir a doença, incluindo a avaliação do impacto na saúde em todas as políticas públicas; (...) reforçando o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável; aumentando a regulação da venda e publicidade a alimentos prejudiciais à saúde;”

“Atualizar as tabelas de doenças crónicas e incapacitantes e criar medidas específicas que permitam a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das pessoas com estas doenças, entre as quais a comparticipação de produtos específicos (como os laxantes, as palhinhas, os suplementos de nutrição clínica, a alimentação por sonda nasogástrica, entre outros)...”

Recuperar as cantinas públicas de forma a que o principal objetivo seja o bem estar dos alunos e não o lucro, através de um serviço assegurado pelos próprios estabelecimentos de ensino ou pelas Câmaras Municipais e não por empresas privadas, melhorando as refeições fornecidas quer a nível da qualidade quer da quantidade proporcionando, assim, refeições saudáveis e adequadas à faixa etária dos alunos, com o devido controlo de qualidade, assegurando os nutrientes essenciais para promover a alimentação e estilos de vida saudáveis.”

“Promover uma alimentação simultaneamente saudável e sustentável, garantindo que os produtos não locais incluem o custo e as externalidades do seu transporte no seu preço final; apoiando a compra de alimentos sazonais e de produção local para cantinas e instituições públicas; promovendo a utilização de produtos biológicos ou de produção integrada; dando continuidade à Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar.”

2019

2022

Chega



Esta análise não foi realizada para o programa das legislativas de 2019.

O programa do Chega para as legislativas 2022 não apresenta medidas específicas relacionadas com a promoção da alimentação saudável e a nutrição.

Notas finais

Ao longo da última década e desde janeiro de 2012, Portugal tem vindo a desenvolver uma estratégia alimentar e nutricional, centrada essencialmente no Ministério da Saúde (DGS/PNPAS) e em colaboração com outros Ministérios e partes interessadas onde se identificaram as principais necessidades da população e criaram e aplicaram soluções de largo espectro fazendo do nosso país uma referência internacional nas políticas públicas na área alimentação e nutrição. Esta intensa experimentação e aplicação de estratégias públicas, desde leis que regulamentam a oferta de alimentos nos espaços públicos, a publicidade a alimentos destinados a crianças até campanhas nacionais para a promoção da alimentação saudável e sua efetividade encontra-se bem documentada, totalmente disponível e pode ser lida e descarregada em <https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/> Esperamos que esta experiência, que é do domínio público, possa ser cada vez mais utilizada na discussão de propostas de políticas públicas nesta área. Os autores são professores de Política Nutricional na FCNAUP. Estiveram ou estão ligados ao Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da Direção-Geral da Saúde. Os autores não têm conflito de interesses, não possuem qualquer afiliação partidária ou interesses pessoais na área.